
REVISTA DE GEOGRAFIA

Programa de pós-graduação em geografia da UFPE
www.ufpe.br/revistageografia

MIGRAÇÕES E TRAJETÓRIAS CAMPONESAS EM BUSCA DE TERRA DE TRABALHO E DE VIDA

Juliana Carneiro Guimarães¹; Dinalva Donizete Ribeiro²

¹ Mestranda do PPGeo/UFPE/CAJ. iuguimaraes2004@gmail.com

² Profa. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás/ Campus Jataí. dinalvadr@gmail.com

Artigo recebido em 27/11/2010 e aceito em 02/12/2010

RESUMO

O presente trabalho busca apreender aspectos relacionados à trajetória de vida e de luta das famílias camponesas do Assentamento Rio Claro em Jataí-Goiás. Para tal, desenvolveu-se ampla pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo esta em duas etapas: a primeira com aplicação de formulário e a segunda com realização de entrevista semi-estruturada. A pesquisa de campo considerou três fases da vida das famílias pesquisadas: o período anterior à entrada na luta pela terra, o período no acampamento e a fase atual, enquanto assentadas. Como resultado da pesquisa, discute-se a relação entre a estrutura agrária concentrada no Brasil, que favorece as migrações devido à inacessibilidade a terra e promove a busca pela (re)existência camponesa; o reforço desta situação pelo conjunto de políticas agrícolas que visaram "desenvolver" as regiões cerradeiras, rebatendo de diferentes maneiras nos camponeses das regiões impactadas, com destaque para o Sudoeste do estado de Goiás; o aumento dos índices de violência e conflitos no campo e êxodo rural, induzindo as famílias camponesas às ocupações de terra. Por fim, demonstra-se como os sujeitos pesquisados uniram-se, e, a partir de uma única ocupação, formaram o acampamento que originou vários assentamentos na região, incluindo o estudado.

Palavras chave: Trajetórias de vida; Camponeses; Reforma agrária; Assentamentos rurais.

ABSTRACT

This current work aims to grasp aspects related to the life trajectory and the struggle of peasants from the Rio Claro Settlement in Jataí - Goiás. For this, it was developed a wide bibliographical, documental and field research, being divided into two parts: the first one with application of forms and the second one with the carrying out of a semi-structured interview. The field research considered three stages of life of the families that were investigated: the previous period to the beginning of the struggle for a piece of land, the period in the camping and the present stage, while settled. As a result of the research, it is discussed the relation between the land structure concentrated in Brazil, which favors countless peasants migrations due to the inaccessibility to the land and the errant search for existence; the reinforcement of this situation by the group of agricultural governmental politics that aimed "to develop" the regions from cerrado, rebutting the different forms in the peasants from the regions where they were implemented, highlighting the southwest area of the State of Goiás; the increase of the level of violence and field conflicts and intense rural exodus, by the expulsion of peasants, persuading them to various land occupations. Eventually, it demonstrates how people gather and from an occupation create the camping which originates many settlements in the region, including the studied one.

Key words: Life trajectories; Peasants; Land Reform; Rural Settlements.

INTRODUÇÃO

O estudo do campesinato é desenvolvido por diversos autores, estes por sua vez, se posicionam de forma diferenciada e antagônica quando o assunto é a extinção ou a recriação camponesa. Desta maneira, na Geografia e na Geografia Agrária, identificam-se trabalhos baseados em variados pressupostos metodológicos, como o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico dialético. Na Geografia Agrária é possível identificar três vertentes de autores marxistas que estudam o campesinato.

No entender de Oliveira (2007), os estudiosos da questão agrária concordam com a generalização das relações de produção especificamente capitalista por meio das formas de assalariamento, no entanto existem divergências quanto à interpretação do processo, pois para uns estudiosos este leva inevitavelmente à homogeneização da sociedade, configurando um operariado único num pólo e uma classe burguesa em outro, e para outros se mostra contraditório, heterogêneo, de modo que no assalariamento no campo constitui-se também o trabalho familiar camponês.

Os teóricos que se enquadram no primeiro grupo (homogeneização), geram três posicionamentos diferentes sobre a extinção do campesinato. Um posicionamento aponta que no Brasil as relações camponesas são resquícios de relações feudais e semifeudais de produção, no entanto advoga que há uma penetração das relações capitalistas no campo, e que para desenvolvê-lo, seria preciso acabar com estes tipos de relações e ampliar o trabalho assalariado. Oliveira (2004, p. 34) diz que para os autores que representam este pensamento, "[...] a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo."

Os outros dois posicionamentos referem-se ao processo de extinção do campesinato, que se daria via modernização dos latifúndios e generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção no campo. Um aponta que a destruição do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência se daria através do processo de diferenciação interna, ocasionada pela sua inserção no mercado capitalista, o outro aponta que seria por meio do processo de *farmerização* (OLIVEIRA, 2007).

Essas vertentes anteriores se enquadram na linha de raciocínio de que o campesinato se extingiria e comporia a classe do operariado, dos assalariados, baseados em teorias de autores como Kautsky e Lênin, sendo que sob esta ótica a sociedade contemporânea seria composta de apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e os capitalistas. Esta é uma visão maniqueísta alicerçada em uma concepção teórica proveniente de uma ideologia de transformação da sociedade capitalista, que de acordo com Almeida (2006) é absorvida pelos movimentos sociais e suas lideranças.

Ocorre que o campesinato não desapareceu como previam os autores que se embasam nas teorias de Lênin e Kautsky, porém o que deve ser salientado é que quando escreveram e projetaram suas teses sobre o fim do campesinato, estes dois autores viviam na Rússia em um contexto econômico e social característico, que acompanhavam uma transição de uma agricultura com base

feudal, para uma agricultura baseada nos moldes capitalista. O campesinato existente naquele período, sob as relações de servidão estabelecidas, de fato não existem mais, dando lugar a outras formas camponesas que persistem e crescem desde os séculos XVIII e XIX, exigindo assim explicações para sua permanência e (re)criação no campo.

Desse modo, emerge outra vertente, antagônica às anteriores que possui uma capacidade explicativa sobre a permanência do campesinato, no seio do modo capitalista de produção, agregando cada vez mais pesquisadores no âmbito da Geografia Agrária. Esta vertente afirma que o capital no seu processo contraditório de desenvolvimento cria e recria relações não-capitalistas de produção, permitindo a (re)existência do campesinato de diferentes formas.

Sob este prisma, o campesinato e o latifúndio são compreendidos como parte constituinte do capitalismo, como algo interno deste, e não externo (como sugerem as vertentes que declaram seu fim), assim, o camponês é considerado um trabalhador criado pela expansão capitalista que almeja entrar na terra (OLIVEIRA, 2007).

Partindo deste pressuposto, o estudo da questão agrária no Brasil se torna indispensável para o entendimento da exclusão histórica do campesinato à posse da terra, e o seu desejo de entrar nela. Este entendimento só é possível se retrocedermos na história, pois a raiz dos problemas inerentes à questão agrária remonta à colonização portuguesa e à divisão de terras aí promovida, demarcando-as e originando latifúndios, desapropriando seus verdadeiros donos e submetendo-os a condição de escravos (GANCHO et al., 1994).

Assim, historicamente, muitos índios, negros que eram escravos e imigrantes, se tornaram trabalhadores subordinados aos latifundiários, vivendo e trabalhando sempre em terras alheias, o que acaba por gerar insatisfação, e os leva a constituírem um contingente de trabalhadores que deram início a uma categoria, conhecida no final do século XX como sem-terra, iniciando um longo processo de peregrinação Brasil adentro, lutando contra o latifúndio, o coronelismo e os senhores absolutos que dominavam a posse, mesmo que grilada, da terra, processo fortemente difundido pelos ex-escravocratas.

Destas peregrinações/migrações eclodiram resistências messiânicas, como o final de uma longa jornada de camponeses sem-terra que se findou na Bahia constituindo o Arraial de Canudos, iniciando uma guerra que envolveu mais de 10 mil camponeses, e se tornou a guerra mais trágica e violenta do Brasil; a Guerra do Contestado no início do século XX; a guerrilha de trombas e formoso no norte de Goiás, dentre várias outras.

Fernandes (1999, p. 3) retrata que,

a forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos de revolta camponesa. Eram conseqüências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil.

Isto faz com que as trajetórias de vida destes camponeses sejam marcadas por intensas lutas pela sobrevivência e pela sua reprodução digna no seio da sociedade, o que os levam a formar um grande contingente de pessoas que vêem na luta pela terra a única possibilidade de saírem da condição submissa de trabalhadores de terras alheias, para terem uma terra própria, um "pedaço de chão". São trajetórias de vidas camponesas que vivenciaram este processo o que se pretende evidenciar neste trabalho.

Dessa forma, intenta-se, neste artigo, demonstrar a relação existente entre a estrutura fundiária brasileira e as trajetórias de vida das famílias camponesas do Projeto de Assentamento Rio Claro em Jataí-Goiás, perpassando pela análise de suas origens, situação em relação à posse da terra, conjunto de políticas agrícolas implementadas pelo Estado, e como se dá a luta destas famílias para estarem na condição de assentadas.

METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa optou-se pela utilização do método materialista histórico dialético (FRIGOTO, 1989), e enquanto técnicas de pesquisa foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, de acordo com Minayo (2001).

A pesquisa de campo desenvolveu-se no Projeto de Assentamento Rio Claro, situado a 50 km do município de Jataí e constituído por 17 famílias, sendo que em um primeiro momento todas participaram respondendo a um formulário, cujos dados propiciaram a elaboração do perfil dos sujeitos e de suas trajetórias de vida.

Houve ainda uma segunda etapa em que 10, dentre as 17 famílias, participaram de uma entrevista semi-estruturada, que se baseou em três eixos correspondentes a três fases da trajetória de vida destes sujeitos, a saber: o período antes de ingressarem na luta pela terra; o período em que estavam acampados; e, por fim, o período de suas vidas enquanto assentados e beneficiados por programas de reforma agrária.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

As trajetórias de vida dos camponeses sob o capitalismo são repletas de migrações, pois, como demonstrado anteriormente, a estrutura fundiária concentrada não permite que os camponeses tenham acesso à terra, fazendo com que se tornem errantes em busca de terra para trabalhar e viver com suas famílias. Desse modo, é constante a luta para entrar na terra, e assim o objetivo de muitos se torna conseguir um pedaço de chão, nem que para isso tenham que percorrer várias cidades e viver em lugares distantes de suas regiões de origens.

Esta foi a realidade com a qual se deparou ao entrevistar os assentados do Projeto de Assentamento Rio Claro. A partir de dados obtidos pelo formulário, foi possível identificar que do grupo de 19 pessoas, 5 nasceram na Bahia, 2 no Rio Grande do Sul, 1 em São Paulo, 1 no Rio Grande do Norte e 1 no Mato Grosso do Sul, somando o total de 10 pessoas que tinham suas raízes em outros Estados. Dos 9 demais, 1 nasceu em Caiapônia, 1 em Serranópolis, 1 em Cassilândia, 1 em Anicuns e 5 em Jataí.

Este cenário demonstra que o assentamento em questão é constituído por uma heterogeneidade de pessoas de distintos lugares do país, e de todas as 17 famílias 14 são constituídas por camponeses migrantes, com os mais diversos motivos pelos quais deixaram seus lares, por vezes de forma precoce.

Dentre os 19 sujeitos pesquisados, todos moravam com seus pais no período inicial de suas vidas, no entanto em condições diversificadas quanto à posse da terra. Os pais de 10 sujeitos eram proprietários de suas terras, o que representa 52% do total. Em segundo lugar, e representando 32% (6 sujeitos) do total, vêm aqueles que viviam na situação de agregado, sendo que ao mencionar esta condição a tinham enquanto sinônimo de parceiro e meeiro. 2 dos sujeitos, que representam 11% do total, viviam sob a condição de arrendatários e apenas 1 declarou que sua família vivia sob a situação de posseiros, o que representa 5% do total.

De acordo com estes números constata-se que 9 sujeitos (48%) não obtinham a posse da terra para o trabalho, fato que representa a inacessibilidade à terra que o sistema capitalista de produção engendra no seu modo de expansão, principalmente ao implementar políticas públicas à agricultura comercial, tornando-a uma mercadoria, e supervalorizando-a.

Isto é percebido na história de vida dos pesquisados, pois aqueles cujos pais eram proprietários, explicam que as terras que possuíam era fruto de herança dos avós, como relata o sujeito 2: "a terra era nossa mesmo, dos avós", e também como relata o Sujeito 6:

Fazendinha pequenininha, meio acidentada, do velho mesmo. Lá ele conseguiu aquela terra foi comprando os pedacinhos de herdeiros [se referindo aos irmãos dos seus pais que herdaram as terras dos seus avós]. Aí ele comprou uma etapa, ficou um pouco para traz. Aí é que o outro resolveu vender. Ele comprou, foi aparelhando. Aí se formou uma fazendinha pequenininha.

Estes são apenas dois relatos, mas espelham as histórias dos demais sujeitos, demonstrando que, mesmo os camponeses que eram proprietários de suas terras a tinham por herança e não por meio da compra, embora em alguns casos comprava-se parte da herança dos irmãos. Este fato poderia ser amenizado por políticas agrária e agrícola que contemplassem os camponeses, pequenos agricultores ou agricultores familiares, o que, quando observadas as políticas públicas, nota-se que não tem ocorrido

Já em relação aos sujeitos que não tinham acesso a posse da terra, os dados da pesquisa demonstraram que eles moravam com suas famílias em pequenas casas nas fazendas dos patrões.

Este fato impulsiona a saída de casa precocemente pela falta de acesso a terra para o trabalho, aliada a falta da renda.

Desse modo, as trajetórias camponesas são marcadas desde cedo por várias migrações, saindo de seus lares em busca de uma vida melhor. O Sujeito 6 conta que morava em São Desidério na Bahia, juntamente com sua mãe, seu pai e seus oito irmãos, "numa casa só. Até ficar emancipado e começarem a esparramar."

Esse termo "começarem a esparramar" é comum entre os pesquisados, pois tanto aqueles cujos pais tinham a posse da terra, como aqueles cujos pais não a possuíam enfrentavam desde muito cedo a saída de seus lares, seja pela escassez de trabalho nas suas regiões, seja pela inviabilidade de adquirir terras, dentre outros fatores que representam a manutenção da estrutura agrária brasileira, dominada pelos grandes proprietários e donos dos meios de produção.

Dos 19 sujeitos pesquisados 14 não são de Jataí e, destes, 10 saíram de seus lares depois da década de 1960, período em que se instalou no país um ideário burguês desenvolvimentista que norteou várias ações estatais, incluindo as políticas agrícolas, afetando diretamente as áreas constituídas pelo Cerrado. Tais políticas afetaram o Estado da Bahia, de onde vieram boa parte das famílias que se encontram no assentamento pesquisado, e ainda o Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste, que até então era considerada um vazio a ser "ocupado".

Neste mesmo contexto, o Brasil inicia um intenso período de negociações no panorama internacional para implementação de políticas públicas para a agricultura, que não sinalizavam uma melhoria na estrutura agrária, pelo contrário, tais políticas seriam a legitimação e o aprofundamento da desigual distribuição de terras no país. Duas destas políticas foram as que afetaram diretamente a Região Centro-Oeste: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO - e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER.

Os principais mecanismos utilizados pelo Estado para induzir e disseminar o processo denominado de modernização agrícola foi a política de fomento à agricultura dos cerrados, que passaram a integrar um processo de abertura e expansão da fronteira agrícola, ocupação da região central do Brasil e incorporação desta ao processo produtivo em larga escala.

Localizado em uma região estratégica, haja vista que a faixa litorânea encontrava-se totalmente ocupada, e a Amazônia era ainda bastante isolada do resto do País, o cerrado aparece como uma possível solução para se promover um crescimento da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo em que se pretende elevar a produção e produtividade da agricultura, consegue-se conciliar diversos interesses como os dos ramos industriais, e de um grupo restrito de produtores, que serão beneficiados pelas políticas implantadas (FERREIRA, 2001, p. 74).

É neste contexto que o município estudado se insere no contexto da modernização agrícola. Ribeiro (2005, p. 86) demonstra em sua tese esta questão, e menciona que, "no Sudoeste de Goiás os municípios que receberam as maiores somas de incentivos e investimentos, de forma a tecnificar

a agricultura, foram Rio Verde e Jataí, ambos foram amplamente beneficiados com recursos do POLOCENTRO".

No entanto, este processo de modernização nas regiões cerradeiras não trouxe o desenvolvimento esperado, este ficou apenas no plano econômico, com a produção de "comodities", e os altos níveis de produtividade.

No que tange ao desenvolvimento social das regiões cerradeiras atingidas por estes programas, autores como Mazzeto-Silva (2009), Mendonça (2004) e Ribeiro (2005), demonstram várias conseqüências no que diz respeito ao meio ambiente, a extinção de saberes tradicionais regionais, a expropriação de populações tradicionais, o inchaço das cidades e, ainda, falta de infra-estrutura e segregação sócio-espacial nas mesmas.

Por outro lado, nesse mesmo período, após 1960, uma esperança em relação à reforma agrária no país foi lançada, uma sinalização do que poderia ser um instrumento legal para promovê-la: o Estatuto da Terra enviado ao congresso por Castelo Branco, logo que assumiu o governo em 1964. No entanto, como menciona Oliveira (1988), o Estatuto da Terra era uma falácia, pois nunca saíra do papel, tendo o próprio Ministro do Planejamento a tarefa de informar aos parlamentares que ele jamais seria aplicado.

Outro mecanismo que deve ser ressaltado é o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963, que também gerou expectativas de amparo legal aos camponeses, pois visava regularizar os direitos trabalhistas destes. No entanto, os dois referidos estatutos que serviriam à distribuição de terra e amparo dos camponeses, tiveram papéis contrários, desfavorecendo os camponeses e dificultando sua permanência na terra.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural acabou dificultando a permanência dos camponeses onde trabalhavam em função, sobretudo, dos direitos trabalhistas adquiridos que deveriam ser pagos pelos patrões aos que trabalhassem por um longo período em suas propriedades.

Já o Estatuto da Terra dificultou a permanência dos camponeses na terra onde trabalhavam e viviam, pois, em função da lei de usucapião, os donos das terras passaram a restringir o direito à moradia. Este fato contribuiu e ainda contribui para a rotatividade de trabalhadores nas fazendas e, conseqüentemente, impulsionou e impulsiona as migrações camponesas.

As trajetórias de vida dos sujeitos pesquisados refletem estas situações. Vejamos o relato de uma camponesa entrevistada:

ele falou que nós podíamos plantar de tudo, que tudo ele repartia. E eu gosto muito de trabalhar, você sabe como que eu sou, aí eu fui e vim, lutava, levantava até cinco horas da madrugada, fiz uma chácara, plantei tudo, que não era tempo das águas, mas eu plantava e aguava, era mandioca, era cana, era horta, era tanta coisa, banana, de tudo eu fiz uma chácara formada lá, tava aquela beleza mais bonita, aí nós ficamos aquele tanto de tempo lá, aí deu usura nele, e não quis deixar nós ficarmos lá mais. Aí ele mandou nós embora. Aí nos pegamos, fomos no advogado, o advogado aquele Zé Arruda, aí ele falou que nós tínhamos direito de tanta coisa que nós tínhamos, aí ele foi no Zé Arruda para nós não ganharmos o direito, ele foi no Zé Arruda e comprou ele, advogado. Aí ele não quis dar nadinha para nós. Falei para ele só desse jeito as-

sim: mostrei minha mão para ele, para o Osmar e para o advogado, falei assim: minha mão está acabada desse jeito aqui de eu trabalhar, e vai nem um cruzeiro para eu comprar uma balinha para o meu filho. Nem uma balinha para o meu filho. (SUJEITO 1).

Ao indagar quantos anos trabalhou nesta fazenda, ela responde que "tinha dois anos ou mais de dois anos. Deu prazo de eu formar os trem, está tudo formado, grande, aí aquelas cana caiana que eu gostava de plantar, zelar de tudo, que eu gosto de plantar as coisas, toda vida eu nunca tive preguiça" (SUJEITO 1).

As trajetórias dos camponeses pesquisados demonstram migrações não somente de outros estados ou cidades para Jataí, mas, também, de andanças por várias fazendas nesta região. Nota-se que são sujeitos cujas vidas e trajetórias refletem os resultados da aprovação dos referidos estatutos, pois foram despedidos seguidas vezes, geralmente em função do tempo de serviço já alcançado na propriedade, como demonstra implicitamente o relato a seguir: "**Aí nós trabalhamos mais uns tempos lá, aí o patrão começou com muita títica**, muito enjoado e nós pegamos e fomos embora" (SUJEITOS 10 e 11).

Quando questionados se foi o patrão que os mandou embora eles responderam: "não, nós que quisemos". Porém, analisando o relato, constata-se que não havia motivos justos para demissão daquela família e que o fazendeiro utilizou de má fé para que eles deixassem sua propriedade, criando as condições para que pedissem demissão:

aí ele começou a sacanear com nós, dar cheque sem fundo. Nós íamos descontar o cheque, não tinha fundo, aí nós começamos a apelar né. Aí nós falamos, não, nós vamos embora. Aí ele deu outro cheque para nós, aí nós carimbamos o cheque três vezes, aí ele queria brigar com nós, aí nós não voltamos mais não. (SUJEITOS 10 e 11).

Outros sujeitos relatam que ao chegarem a Jataí, após trabalharem em fazendas no município, decidiram morar na cidade em condições diferentes em relação ao trabalho. Destes, 4 sujeitos trabalhavam como hortálceiros, na condição de arrendatários ou "a meia". Outros deles experienciaram a condição de assalariado em cerealistas aí instaladas.

A dificuldade do acesso à terra, cria estas situações diferenciadas em relação ao trabalho. Isto é agravado quando o Estado opta pela modernização da agricultura, com vistas à monocultura extensiva, reduzindo as áreas para o plantio de hortas, quintais, pomares e roças, antes cultivadas pelas famílias agregadas e/ou contratadas pelos donos de terras.

A opção pelo modelo da modernização faz com que o uso da terra se volte para a produção de commodities e isto faz com que a totalidade passe a ser utilizada para o monocultivo, pois segundo a lógica capitalista, quanto maior a extensão plantada, maior o lucro obtido, restando pouca ou nenhuma área para a produção de alimentos para o consumo familiar.

Nesse sentido, o desejo de ter a posse da terra para o trabalho e para a vida se torna algo latente na vida destes camponeses, que insatisfeitos com a condição à qual estão sujeitados, ficam a-

tentos a todas as possibilidades de retorno à terra, procurando meios para fazê-lo e a opção vislumbrada, na maioria das vezes, é a entrada no movimento de luta pela terra.

Desta forma, os camponeses sem terra se organizam por meio de várias entidades, como o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, CPT - Comissão Pastoral da Terra, e Sindicatos e utilizam estratégias diferenciadas para o retorno à terra. Aqui serão demonstrados os índices de ocupações de terra na Região Centro-Oeste, para ilustrar tal situação nesta região, palco dos maiores impactos das políticas de modernização da agricultura pelo fato ter a maior parte do seu território predominante de cerrado, alvo principal destas políticas.

De acordo com dados da rede Dataluta (2008), na região Centro-Oeste foram registradas 1.103 ocupações de terra no período de 1988 a 2007, sendo que o Mato Grosso Sul teve o maior número de ocorrências. Este estado contou 551 ocupações de terras no período de 1988 a 2007. O ápice destas ocupações foi entre os anos de 1997 e 2001, sendo 38 em 1997, 85 em 1998, 116 em 1999 e 39 em 2001.

O Estado do Mato Grosso somou 138 ocupações, sendo que as maiores incidências foram nos anos de 1996, com 18; 1999 com 16; tendo seu ápice no ano de 2003 com 26 ocupações. O Distrito Federal é o que possui números menos expressivos, apresentando somente 39 ocupações, não tendo no banco de dados Dataluta (2008), nenhum registro de ocupações antes do ano de 1994. De todos os anos, o de 2005 foi o que mostrou índices mais elevados, somando 11 ocupações.

Neste período de 1988 a 2007 o Estado de Goiás somou 375 ocupações, destas 68 foram registradas na microrregião Sudoeste de Goiás, que abrange 18 municípios situados na mesorregião do Sul Goiano.

No entanto, dentre os 18 municípios da microrregião Sudoeste de Goiás, no banco de dados utilizado, Dataluta (2008), só havia registros de 09 deles, a saber: Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Montividiu, Perolândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Serranópolis. Os outros 09, dos quais não constam informações no banco de dados, são: Aparecida do Rio Doce; Aporé; Castelândia; Maurilândia; Mineiros; Palestina de Goiás; Portelândia; Santa Rita do Araguaia e Santo Antônio da Barra.

De todos os municípios analisados, os que aparecem em primeiro lugar, liderando o número de ocupações, são Jataí com 24, representando 35% de todas as ocupações no período de 1988 a 2007, e Doverlândia com 13 ocupações (19%). Somadas as ocupações destes dois municípios, tem-se 54% das ocupações de terras dos nove municípios supracitados, num total de 2.352 famílias envolvidas.

O banco de dados Dataluta (2008) revela que estiveram envolvidas, aproximadamente, 5.226 famílias no processo de ocupação, em busca da terra nos nove municípios estudados.

No município de Jataí, local de desenvolvimento desta pesquisa, constata-se que o ano mais significativo, em termos de ocupações, foi o de 1997. Ao entrevistar as famílias assentadas no Pro-

jeto de Assentamento Rio Claro, isto é explicado, pois, de acordo com elas, foi no ano de 1996 que se constituiu o acampamento que aglomerou mais de 400 famílias (que as incluíam) e que a partir deste, iniciaram as ocupações de terras, principalmente no ano de 1997, dando base, posteriormente, para muitos dos assentamentos existentes atualmente na região.

Tal acampamento, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí - STR, teve origem em uma ocupação realizada no dia 02 de agosto de 1996. De todos os 19 sujeitos pesquisados, 9 ficaram sabendo do movimento de luta pela terra por meio deste sindicato, como relata o Sujeito 6: "aí foi logo, eles me convidaram e eu filiei no sindicato. Eu achei que a gente demorava a subir, viver de salário e tal é bom que todo mês tem, todo mês tem, mas a gente naquela expectativa, quem sabe a gente melhora, a gente tem uma renda melhor para frente!".

Os sujeitos pesquisados relatam que, em função do tamanho do acampamento (composto por mais de 400 famílias), havia uma divisão por grupos de famílias ("turmas") para promoverem ocupações de áreas diferentes. O resultado desta estratégia originou em vários assentamentos derivados deste acampamento na microrregião Sudoeste de Goiás, conforme demonstra a fala dos sujeitos a seguir:

[...] nós estávamos no São Pedro, aí foi uma turma lá para o Santa Rita [um assentamento de Jataí], outra turma lá para o Montividiu saíram 120 famílias, foram para lá, para o estreito Ponte de Pedra, mais 120 famílias. E aquela turma que está lá no Rio Verde, Rio Verdinho [assentamento do município de Rio Verde], aquela turma lá estava para cá do córrego, esqueço o nome dele. (SUJEITO 4). Foi que aí o pessoal ia saindo né. Uns foram para o Santa Rita, um punhado, foram outros lá para aquele chapadão [se refere ao município de Chapadão do Céu], aquele assentamento que tem lá, Pratinha. Só na beira desse Rio Verde aí tem uns três assentamentos que saíram daqui. Tava junto com nós. (SUJEITO 5).

Os acampamentos e as ocupações na microrregião Sudoeste de Goiás refletem a dificuldade de acesso a terra, que foi reforçada pelas políticas para o desenvolvimento do Cerrado, via modernização conservadora, elevando os índices de conflitos e violência no campo, não só nesta microrregião mas em toda Região Centro-Oeste.

Oliveira (1988) mostra em um estudo desenvolvido pela Associação Brasileira pela Reforma Agrária - ABRA, que os estados de Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão e Bahia lideravam o número de conflitos no campo no Brasil depois da década de 1980. Ao relacionar este estudo com o período posterior a implementação dos programas como POLOCENTRO e PRODECER, percebe-se um aumento abrupto do índice de violência no campo, como será demonstrado.

O POLOCENTRO foi implementado a partir de 1975, sendo que, do ano de 1964 até 1975, no Estado de Goiás foram registradas apenas 02 mortes em conflitos de terra, no Mato Grosso 12, e em Mato Grosso do Sul não ocorreu nenhuma morte.

Do ano de 1976 a 1980, período posterior a implementação do programa mencionado, Oliveira (1988) aponta que estes números aumentaram significativamente: em Goiás foram registradas 12 mortes, no Mato Grosso foram 23, e em Mato Grosso do Sul 05.

O ano de 1985 marca a entrada da Região Centro-Oeste no PRODECER e o que se constata é que, entre 1981 e 1986, os números que representam a violência no campo eclodiram, foram 55 mortes em conflitos por terra no Estado de Goiás, 83 no Estado do Mato Grosso e 10 em Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 1988).

A elevação destes números aponta a ligação entre a incorporação do Cerrado à produção de commodities e o aumento dos índices de violência no campo. Esta análise elucida a busca, por parte de famílias camponesas, pela continuidade de sua existência e (re)criação em meio ao território capitalista.

CONCLUSÕES

As trajetórias de vida das famílias do Projeto de Assentamento Rio Claro apontam que são portadoras de histórias de migrações que se iniciaram muito cedo, tendo, algumas pessoas, deixado suas famílias (pais e irmãos) por volta dos 12 anos. Estas migrações ocorreram, em sua maior parte, após a década de 1960, concomitante à modernização da agricultura brasileira (difusão do pacote tecnológico da revolução verde).

Percebe-se que as políticas de fomento à agricultura moderna, sobretudo nas regiões cerra-deiras, em nada favoreceu a reestruturação agrária do Brasil, pois não tinha este propósito. O que houve foi a alteração das relações de trabalho no campo e o rebatimento destas políticas nos camponeses. Com isso intensificaram-se as migrações em busca de terra de trabalho, bem como o ingresso em ações de luta pela terra, via reforma agrária, pois foi se tornando cada vez mais difícil viver na condição de agregado ou viver do trabalho "a meia e a terça".

Ainda pode se ressaltar, por meio da análise documental, o aumento dos índices de violência e conflitos no campo na região Centro-Oeste, somando 1.103 ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2007, sendo que destas 551 se deram no Estado do Mato Grosso do Sul, 375 em Goiás e 138 em Mato Grosso. Na microrregião Sudoeste de Goiás a acentuação destas ocupações se deu no município de Jataí, cuja dinâmica econômica esteve ligada e motivada até o momento pela monocultura de grãos¹. Esta realidade dá a tônica das contradições inerentes à expansão do capitalismo no campo.

¹ Atualmente há indicativos de alteração desta dinâmica em função da instalação recente da COSAN no município, estando o setor produtivo passando por mudanças no que tange à incorporação da cana na pauta produtiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2008**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, São Paulo, 2008.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista Cultura Vozes, n° 2, 1999.

FERREIRA, D. F. Análise das transformações recentes na atividade agrícola da região sudoeste de Goiás. 1970/1995-6. 2001. 145 f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)** - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90, 1989.

GANCHO, C. V.; LOPES, H. Q. F.; TOLEDO, V. V. **A posse da terra**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MAZZETTO-SILVA, C. E. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

MENDONÇA, M. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. São Paulo: s.n., 2004. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

___. **Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Orgs). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

___. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

RIBEIRO, D. D. Agricultura "caificada" no Sudoeste de Goiás: *do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental*. 2005. 265 f. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.